

RTA-046-2019

**Unimed São Carlos – Cooperativa de
Trabalho Médico**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o
relatório dos auditores independentes**

Fevereiro de 2019

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	9
Demonstrações do resultado.....	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	14
1 Contexto operacional	14
2 Base de preparação e apresentação	14
3 Principais políticas contábeis	16
4 Aplicações financeiras	23
5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde.....	24
6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	24
7 Bens e títulos a receber.....	25
8 Depósitos judiciais e fiscais	25
9 Conta corrente cooperados	26
10 Investimentos.....	27
11 Imobilizado	29
12 Intangível	31
13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	32
14 Quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar conforme determinação da ANS RN 344/2014.	35
15 Tributos e encargos sociais a recolher	36
16 Empréstimos e financiamentos a pagar	37
17 Débitos diversos.....	38
18 Provisões judiciais	38
19 Passivos contingentes	39
20 Patrimônio líquido.....	40
21 Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde.....	41
22 Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde	41
23 Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	42
24 Dispêndios/despesas administrativas	42
25 Resultado financeiro líquido	43
26 Imposto de renda e contribuição social	43
27 Adoção a RN 430	44
28 Instrumentos financeiros	46
29 Gerenciamento de riscos	47
30 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos.....	47
31 Cobertura de seguro	49

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores
Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP - 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da
Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico
São Carlos SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos e efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião com ressalva

Adequação do ativo Imobilizado

Conforme nota explicativa 11, a Cooperativa ainda não procedeu à adequação dos procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em relação ao seu ativo imobilizado em operação, quanto à análise de recuperabilidade, determinação da vida útil, valor depreciável e valor residual. A Cooperativa está em fase de correção do cadastro patrimonial através dos levantamentos físico e financeiro dos seus bens, e os ajustes na contabilidade provenientes desses levantamentos só serão conhecidos na conclusão dos trabalhos, e seus efeitos não são possíveis de mensuração no momento. Consequentemente, não pudemos concluir, e não concluímos, sobre os saldos acumulados do imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e seus possíveis reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Adoção da RN 430 ANS

Conforme nota explicativa 27, a Cooperativa está em fase de adequação operacional para identificar e classificar os beneficiários atendidos por corresponsabilidade assumida, em atendimento à Resolução Normativa nº 430, emitida pela Agência Nacional de Saúde (ANS) em 7 de dezembro de 2017, que dispõe, entre outros assuntos, sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os ajustes na contabilidade provenientes desse levantamento só serão conhecidos na conclusão dos trabalhos de adequação operacional, e seus efeitos não são possíveis de mensuração no momento. Conseqüentemente, não pudemos concluir, e não concluímos, sobre os possíveis reflexos nas demonstrações financeiras e quanto aos indicadores de solvência pela classificação dos eventos ocorridos e avisados, relacionados aos beneficiários de outras operadoras assumidos diretamente pela Cooperativa e pelos eventos conhecidos e avisados, relacionados aos beneficiários transferidos para outra cooperativa, em função de operações de compartilhamento dos riscos no exercício de 2018.

Contas a receber de cooperados (IN 48 ANS)

Conforme mencionado nas notas explicativas 9 e 15, a Cooperativa, com base nas Instruções Normativas IN DIOPE nº 20, de 20/10/2008 e 48, de 19/10/2011, registrou provisão para contingências referente a débitos tributários tendo como contrapartida a parcela correspondente para aqueles períodos no resultado do exercício há época. Ainda, com base nas mesmas instruções, a Cooperativa transferiu esse valor de despesa para o ativo não circulante a título de créditos a receber de cooperados, cujo saldo, após movimentações, é de R\$ 32.726 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse valor será exigido dos cooperados à medida que a Cooperativa tenha que pagar as obrigações legais provisionadas. Considerando que não foi tratado como um ativo devidamente individualizado e que não há prazo de realização definido e vinculado a demandas passivas em andamento, sua recuperação pode ser classificada como incerta e, portanto, sujeita a eventos futuros não estimados. Nenhuma provisão para perdas foi considerada nas demonstrações financeiras sobre esse ativo.

Atualização dos débitos tributários parcelados

A atualização das obrigações tributárias parceladas, conforme nota explicativa 15, é contabilizada em contrapartida dos créditos a receber de cooperados no ativo não circulante, não sendo reconhecida a despesa de atualização dos parcelamentos no resultado do exercício, conforme determinam as práticas contábeis aplicáveis à Cooperativa. Em 31 de dezembro de 2018, do saldo de créditos a receber de cooperados de R\$ 32.726 mil, conforme nota explicativa 9, o montante de R\$ 15.250 mil é relativo a essa atualização não reconhecida no resultado de vários exercícios. Consequentemente o ativo não circulante e o patrimônio líquido apresentam-se a maior naquele valor de R\$ 15.250 mil em 31 de dezembro de 2018. O efeito no resultado do exercício de 2018 não pode ser mensurado.

Outros dispêndios/ despesas operacionais de operações de planos de assistência à saúde

Conforme nota explicativa 22, compõe o saldo de outros dispêndios/ despesas operacionais de operações de planos de assistência à saúde o montante de R\$ 4.995 mil em 31 de dezembro de 2018, que corresponde à amortização do saldo devedor (principal), relativa às parcelas mensais pagas dos parcelamentos dos débitos tributários, com contrapartida na conta de créditos a receber de cooperados relacionados à IN 48 ANS. A amortização desse ativo só poderia ocorrer mediante efetivo recebimento dos créditos e/ ou pela compensação com sobras distribuídas aos cooperados. Consequentemente, o resultado do exercício apresenta-se a menor naquele valor de R\$ 4.995 mil. Também, o montante de R\$ 1.394 mil classificado na mesma conta e que corresponde à atualização do saldo devedor amortizado, deveria ser classificado como despesas financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase**Passivos contingentes**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 19, na qual a Cooperativa divulga que possui passivos contingentes no montante de R\$ 9.837 mil em 31 de dezembro de 2018. Nenhuma provisão para perdas relacionada a esses passivos contingentes foi considerada nas demonstrações financeiras, devido à classificação das ações pelos assessores jurídicos como perda possível, mas não provável. Nossa opinião não está modificada em relação a essa ênfase.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As informações contidas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 9 de fevereiro de 2018, que continha ressalva sobre a incerteza de realização dos créditos a receber de cooperados no montante de R\$ 37.955 mil, constituídos com base nas Instruções Normativas DIOPE nº 20 e nº 48 (nota explicativa 9).

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 7 de março de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
CRC 1SP137183/O-8

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		70.132.589	64.179.961	Circulante		55.980.534	54.651.111
Disponível		613.252	667.134	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	22.057.340	23.210.437
Realizável		69.519.337	63.512.827	Provisão para remissão		606.752	457.581
Aplicações financeiras	4	51.758.392	46.613.387	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		3.575.104	4.710.412
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		28.448.422	26.036.793	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		8.794.897	10.955.919
Aplicações Livres		23.309.970	20.576.594	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		9.080.587	7.086.525
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	7.903.015	2.455.786	Receita antecipada de contraprestações/prêmios		475.241	16.198
Contraprestações pecuniárias a receber		4.724.458	2.349.901	Operadoras de planos de Assistência à Saúde		2.352.493	2.506
Operadoras de planos de Assistência à Saúde		2.648.178	2.229	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		-	2.325
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		530.379	103.656	Débitos de operações assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora		285.328	2.006.304
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	6	1.450.070	5.661.721	Tributos e encargos sociais a recolher	15	11.237.070	10.022.849
Créditos tributários e previdenciários		3.190.251	4.341.745	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	3.325.027	4.252.558
Bens e títulos a receber	7	4.909.151	4.183.258	Débitos diversos	17	16.186.827	14.570.563
Despesas antecipadas		51.278	29.837	Conta corrente com cooperados		61.208	567.371
Conta corrente com cooperados		257.180	227.095				
Não circulante		112.331.700	113.082.080	Não circulante		52.152.950	68.140.226
Realizável a longo prazo				Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	2.584.860	2.832.148
Depósitos judiciais e fiscais	8	4.988.817	1.033.781	Tributos diferidos		680.283	-
Conta corrente com cooperados	9	32.726.432	37.954.818	Provisões judiciais	18	5.115.534	2.836.565
Investimentos	10	3.163.820	3.443.495	Parcelamento de tributos e encargos sociais	15	26.944.037	32.217.989
Outros investimentos		3.163.820	3.443.495	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	9.034.358	20.184.645
Imobilizado	11	68.163.973	68.102.812	Débitos diversos	17	7.793.878	10.068.879
Imóveis de uso próprio: hospitalares		19.888.325	22.238.871				
Imóveis de uso próprio: não hospitalares		6.640.984	6.699.572	Patrimônio líquido	20	74.330.805	54.470.704
Bens móveis: hospitalares		7.307.700	8.594.049	Capital social integralizado		14.358.718	14.242.324
Bens móveis: não hospitalares		5.933.935	4.268.936	Reservas:		44.586.313	20.067.096
Imobilizações em curso		21.930.626	19.742.835	Fundo de reserva		38.634.642	16.802.791
Outras imobilizações: hospitalares		6.462.403	6.558.549	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		4.631.121	1.185.958
Intangível	12	3.288.658	2.547.174	Reserva de reavaliação		1.320.550	2.078.347
				Sobras à disposição da AGO		15.385.774	20.161.284
Total do ativo		182.464.289	177.262.041	Total do passivo e do patrimônio líquido		182.464.289	177.262.041

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Nota	2018	2017
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		315.812.180	290.176.475
Ingressos com operações de assistência à saúde		326.371.288	296.423.437
Ingressos de contraprestações líquidas		326.400.202	296.686.769
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(28.914)	(263.332)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(10.559.108)	(6.246.962)
Eventos indenizáveis líquidos		(239.011.075)	(223.754.546)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(237.017.013)	(226.074.671)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(1.994.062)	2.320.125
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		76.801.105	66.421.929
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		437.013	405.087
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		27.693.654	58.944.963
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	21	20.568.868	51.824.797
Outros ingressos/ receitas operacionais		7.127.806	7.208.783
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(3.020)	(88.617)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(12.112.884)	(15.308.842)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	22	(10.189.847)	(10.759.215)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.020.978)	(2.668.542)
Provisão para perdas sobre créditos		(902.059)	(1.881.085)
Outros dispêndios/ despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	23	(21.394.395)	(47.663.990)
Resultado bruto		71.424.493	62.799.147
Dispêndios/ despesas com comercialização		(1.304.380)	(712.484)
Dispêndios/ despesas administrativas	24	(42.339.167)	(37.900.387)
Resultado financeiro líquido	25	(212.304)	(492.241)
Ingressos/ receitas financeiras		4.363.831	4.742.695
Dispêndios/ despesas financeiras		(4.576.135)	(5.234.936)
Resultado patrimonial		597.710	631.720
Ingressos/ receitas patrimoniais		657.951	667.481
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(60.241)	(35.761)
Sobra antes da tributação e das participações		28.166.352	24.325.755
IRPJ	26	(4.853.814)	(503.567)
CSLL	26	(1.807.139)	(40.106)
Diferidos		-	283.394
Participações sobre o lucro		(1.081.410)	(474.698)
Sobra líquida do exercício		20.423.989	23.590.778
Utilização da RATES		1.185.958	-
Realização de reavaliação		77.514	128.380
Transferência resultado com terceiros - RATES		(3.795.838)	-
Constituição de reservas estatutárias:			
Fundo de reserva – 10%		(1.670.566)	(2.371.916)
RATES – 5%		(835.283)	(1.185.958)
Sobras à disposição da AGO		15.385.774	20.161.284

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	<u>2.018</u>	<u>2.017</u>
Sobra líquida do exercício	20.423.989	23.590.778
Realização de reservas de reavaliação	<u>(77.514)</u>	<u>(128.380)</u>
Resultado abrangente total	<u>20.346.475</u>	<u>23.462.398</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Capital social	Reserva de reavaliação	Fundo de reservas	RATES	Sobras (perdas) à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	14.100.212	2.206.727	14.430.876	-	(3.964.711)	26.773.104
Deliberação da AGO de 30/03/2017:						
Recebimento das perdas apuradas em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	3.964.711	3.964.711
Integralização de capital	403.375	-	-	-	-	403.375
Baixas de capital	(261.264)	-	-	-	-	(261.264)
Realização da reserva de reavaliação	-	(128.380)	-	-	128.380	-
Constituição de reservas estatutárias:						
RATES				1.185.958	(1.185.958)	-
Fundo de reservas			2.371.916		(2.371.916)	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	23.590.778	23.590.778
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.242.323	2.078.347	16.802.792	1.185.958	20.161.284	54.470.704
Deliberação da AGO de 22/03/2018:						
Incorporação das sobras em Fundo de reservas			20.161.284		(20.161.284)	
Integralização de capital	344.480	-	-	-	-	344.480
Baixas de capital	(228.085)	-	-	-	-	(228.085)
Constituição dos tributos diferido sobre a reavaliação	-	(680.283)	-	-	-	(680.283)
Realização da reserva de reavaliação	-	(77.514)	-	-	77.514	-
Transferência da realização da reserva de reavaliação (terceiros) para RATES	-	-	-	29.155	(29.155)	-
Transferência de resultado com terceiros para RATES	-	-	-	3.766.683	(3.766.683)	-
Realização do RATES	-	-	-	(1.185.958)	1.185.958	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	20.423.989	20.423.989
Constituição de reservas estatutárias:						
RATES	-	-	-	835.283	(835.283)	-
Fundo de reservas	-	-	1.670.566	-	(1.670.566)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.358.718	1.320.550	38.634.642	4.631.121	15.385.774	74.330.805

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	20.423.989	23.590.778
Ajustes do resultado do exercício:		
Depreciações e amortizações	5.999.198	6.370.208
Resultado na alienação de bens	2.052.476	18.777
Provisão para perdas sobre créditos	921.576	1.065.362
Provisões para ações judiciais	2.278.969	790.064
Variação das provisões técnicas	760.637	(1.617.858)
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(2.411.629)	3.483.567
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(6.368.805)	(407.120)
Créditos de operações de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	4.211.651	313.360
Créditos tributários e previdenciários	1.151.494	235.714
Bens e títulos a receber	(725.893)	2.767.000
Despesas antecipadas	(21.441)	2.593
Conta corrente com cooperados	5.198.301	3.609.464
Depósitos judiciais	(3.955.036)	(21.199)
Aumento (redução) nos passivos:		
Eventos/ sinistros a liquidar	(2.161.022)	189.987
Receita antecipada de contraprestações	459.043	(10.312)
Operadoras de planos de Assist. à Saúde, outros débitos de op.com planos de assistência	2.347.661	-
Débitos com operações de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(1.720.976)	(195.692)
Tributos e encargos sociais a recolher	(4.059.731)	(4.755.846)
Débitos diversos	(658.737)	14.034.582
Conta corrente com cooperados	(506.163)	53.809
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>23.215.562</u>	<u>49.517.238</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e do intangível	(8.854.320)	(28.203.291)
Aplicação em investimentos	(673.552)	(489.881)
Baixa de investimentos	953.227	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	<u>(8.574.645)</u>	<u>(28.693.172)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de financiamentos	(12.077.818)	(4.104.857)
Perdas recebidas de Cooperados	-	3.964.711
Integralização de capital	344.480	403.375
Baixas de capital por demissão de cooperados	(228.085)	(261.264)
Recursos líquidos (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamentos	<u>(11.961.423)</u>	<u>1.965</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.679.494</u>	<u>20.826.031</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.923.222	21.243.728
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.243.728	417.697
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.679.494</u>	<u>20.826.031</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

1 Contexto operacional

A Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em São Carlos SP, que contava com 371 e 360 cooperados no final de 2018 e de 2017, respectivamente, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, que se proponham a associar serviços para o exercício da econômico-social sem finalidade lucrativa.

Esses planos propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus usuários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados, credenciados e clínicas e laboratórios na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com um hospital 24 horas, quatro laboratórios, um núcleo de atenção integral a saúde - Viver Bem, Saúde Ocupacional Unimed (SOU) e o centro administrativo localizados no município de São Carlos para atendimento aos conveniados e particulares.

2 Base de preparação e apresentação

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 7 de março de 2019.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros – política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado; e

Garantidoras de provisões técnicas: Visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais reavaliação, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

j.1 Provisão para remissão: decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS, constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

j.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS: provisão face às demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

j.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais: representado pelos valores relativos a prestação de serviços médicos efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.

j.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA: até 2013, foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

p.1 Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

p.2 Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

r Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

r.1 Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.

r.2 Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

s Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Em 6 de outubro de 2017, a Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. O Pronunciamento foi elaborado a partir do IFRS 16 – *Leases*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e sua aplicação, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB. A adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 deve ser a partir de 1º de janeiro de 2019 desde que referendado pelas entidades reguladoras brasileiras. A Cooperativa não avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial que esse CPC terá sobre as demonstrações financeiras porque até a emissão desse relatório a ANS não havia emitido termo de adoção à norma.

4 Aplicações financeiras

Modalidade	2018	2017
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		
Fundo Saúde ANS RF	28.248.119	25.846.151
FI / RF ANS	200.303	190.642
	28.448.422	26.036.793
Aplicações livres		
CDB PLUS	16.884.531	11.679.606
CDB RDB	5.120.442	7.630.097
Fundo investimento	1.304.997	1.266.891
	23.309.970	20.576.594
	51.758.392	46.613.387

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

(i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas, conforme nota explicativa nº 13, são aplicações financeiras vinculadas a Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras, cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, de acordo com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contraprestações pecuniárias	10.306.463	7.107.266
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	3.471.534	301.926
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	<u>(5.874.982)</u>	<u>(4.953.406)</u>
	<u>7.903.015</u>	<u>2.455.786</u>

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	568.122	3.664.308
Auto Gestão a receber (ii)	1.316.844	2.533.765
Outras contas a receber (iii)	97.249	9.378
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iv)	<u>(532.145)</u>	<u>(545.730)</u>
	<u>1.450.070</u>	<u>5.661.721</u>

(i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

(ii) Composto por valores a receber de convênios de auto-gestão.

(iii) Substancialmente composto por glosas em discussão e outros créditos operacionais de prestação de serviço médico hospitalar.

(iv) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

7 Bens e títulos a receber

Descrição	2018	2017
Estoque de materiais e medicamentos (i)	3.403.643	2.540.927
Títulos a receber	27.012	27.012
Outros créditos a receber		
Adiantamentos (ii)	1.261.128	1.399.948
Cheques a receber	715.977	859.531
Outras contas a receber	335.412	215.189
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(834.021)	(859.349)
	4.909.151	4.183.258

(i) Estoque de materiais e medicamentos distribuídos nas unidades de atendimento da Cooperativa conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2018	2017
Estoque matriz	531.987	648.282
Hospital Unimed São Carlos	2.328.205	1.307.428
UNILAB - Laboratório de Análises Clínicas	479.160	365.044
Estoque em poder de 3ª - Santa Casa de São Carlos	26.970	25.914
Maternidade	6.904	5.694
Farmácia Vila Prado	-	165.353
NAPS	30.417	23.212
	3.403.643	2.540.927

(ii) Substancialmente composto pela antecipação de produção efetuado ao hospital credenciado Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Carlos.

8 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2018	2017
Depósitos judiciais cíveis (i)	2.380.489	239.271
Depósitos judiciais tributários (ii)	1.889.544	-
Depósitos judiciais atendimento clientes (i)	326.246	326.246
Deposito judicial (INSS) s/ produção dirigentes	202.506	202.506
Depósitos judiciais trabalhistas (i)	145.029	220.755
Baixa de título de beneficiário por deposito judicial	45.003	45.003
	4.988.817	1.033.781

(i) Os depósitos judiciais foram feitos para fazer face a ações cíveis e trabalhistas que estão em processo judicial. Foi constituída provisão para contingência no passivo não circulante no mesmo montante, conforme nota explicativa nº 18.

(ii) Em agosto de 2018, a Cooperativa, por orientação da assessoria jurídica, efetuou depósito em juízo no valor de R\$1.899.544 referente ao processo 0000034-26.2009.403.6115 (2009.61.15.000034-4) em favor da União Federal. Trata-se de levantamento de penhora no valor de R\$999.336 em razão da decisão proferida por juiz de 1ª instância à Cooperativa pela adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09. No entendimento do Tribunal, esta penhora não poderia ter sido levantada por ter sido realizada anteriormente à adesão ao parcelamento. O valor atual da penhora é o correspondente ao valor que fora depositado em juízo. No término da defesa o valor será convertido em redução do saldo devedor dos débitos parcelados pela Lei 11.941/09 conforme nota explicativa nº 15.

9 Conta corrente cooperados

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos a receber de cooperados IN 48 ANS	<u>32.726.432</u>	<u>37.954.818</u>

A ANS definiu, através da Instrução Normativa DIOPE nº 20/2008, alterada pela Instrução Normativa DIOPE nº 48, de 19 de outubro de 2011 (IN ANS 20 e 48), a forma de as Operadoras de Planos de Saúde contabilizarem obrigações legais como definidas há época pela NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). De maneira geral, determinou que as obrigações legais, principal, juros e outros encargos fossem registrados a débito do resultado do exercício social corrente naquele período, somente para o exercício de 2008 e de 2011, permitiu que as Operadoras, classificadas na modalidade de Cooperativas Médicas, transferissem para seus cooperados a responsabilidade de pagamento das obrigações legais, desde que deliberado pela Assembleia Geral Ordinária relativa àquele exercício social, através da contabilização a débito do ativo não circulante (realizável a longo prazo) e a crédito da conta de sobras ou perdas acumuladas. A Cooperativa, na forma estabelecida pela IN ANS 20 e 48, transferiu o montante das sobras ou perdas acumuladas no patrimônio líquido para o ativo não circulante, na rubrica de créditos a receber de cooperados. A amortização do saldo foi feita no valor correspondente às parcelas mensais dos parcelamentos dos débitos de PIS, COFINS e ISS com contrapartida na conta de outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde, conforme nota explicativa nº 22.

A Administração da Cooperativa definiu que a partir de 1º de janeiro de 2019, a realização desse valor classificado como créditos a receber dos cooperados será em conformidade com a RN nº 435 de 23 de novembro de 2018 que prevê que a após a baixa do passivo tributário relacionado a IN20, o valor do ativo correspondente será baixado contra a conta de Sobras ou Déficits acumulados (no patrimônio líquido da Cooperativa) no caso de não haver o respectivo recebimento.

10 Investimentos

a Composição do saldo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Participações societárias – operadoras de planos de assistência à saúde		
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	1.486.535	848.919
Unimed Participações	802.352	688.950
Central Nacional Unimed	208.594	189.287
Federação Nordeste Paulista	54.787	54.787
	<u>2.552.268</u>	<u>1.781.943</u>
Outros investimentos		
Unicred São Carlos	611.552	611.552
Debênture	-	1.050.000
	<u>611.552</u>	<u>1.661.552</u>
	<u>3.163.820</u>	<u>3.443.495</u>

b Movimentação dos investimentos

	1º/1/2017	Incorporação de sobras ao capital	31/12/2017	Adição	Baixa / estorno	Incorporação de sobras ao capital	31/12/2018
Participações societárias – operadoras de planos de assistência à saúde							
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	848.919	-	848.919	559.968	(3.075)	80.723	1.486.535
Unimed Participações	599.069	89.881	688.950	113.402	-	-	802.352
Central Nacional Unimed	189.287	-	189.287	19.307	-	-	208.594
Unimed Federação Nordeste Paulista	54.787	-	54.787	-	-	-	54.787
	1.692.062	89.881	1.781.943	692.677	(3.075)	80.723	2.552.268
Outros investimentos							
SICOOB Unimed's	611.552	-	611.552	-	-	-	611.552
Debênture	1.050.000	-	1.050.000	-	(1.050.000)	-	-
	1.661.552	-	1.661.552	-	(1.050.000)	-	611.552
	3.353.614	89.881	3.443.495	692.677	(1.053.075)	80.723	3.163.820

Valores ajustados na conta de investimentos por conta das integralizações ao capital de sobras apuradas, nas investidas conforme Assembleias Gerais daquelas investidas.

11 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa			2018	2017
	anual de	Custo +	Depreciação		
	depreciação	reavaliação	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	516.905	-	516.905	516.905
Edificações	4%	30.611.586	(4.599.182)	26.012.404	28.421.538
Instalações	4% a 12%	3.297.119	(1.215.887)	2.081.232	2.047.064
Máquinas e equipamentos	2% a 20%	10.191.971	(4.760.552)	5.431.419	5.460.088
Veículos	10% a 20%	600.781	(561.687)	39.094	(84.533)
Móveis e utensílios	3% a 12%	6.821.350	(3.002.269)	3.819.081	4.179.567
Computadores e periféricos	2% a 20%	5.804.851	(3.934.042)	1.870.809	1.260.799
Imobilização em curso	-	21.930.626	-	21.930.626	19.742.835
Outras imobilizações	20%	8.881.203	(2.418.800)	6.462.403	6.558.549
		88.656.392	(20.492.419)	68.163.973	68.102.812

A Cooperativa está em fase de adequação do cadastro patrimonial do seu ativo imobilizado em operação, através do levantamento físico e financeiro para proceder com a adoção inicial dos procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quanto à análise de recuperabilidade, determinação da vida útil, valor residual e valor depreciável. Os ajustes na contabilidade provenientes desse levantamento só serão conhecidos na conclusão dos trabalhos.

b Movimentação do custo histórico

	1º/1/2017	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2017	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2018
Terrenos	516.905	-	-	-	516.905	-	-	-	516.905
Edificações	14.569.654	2.480	-	17.500.393	32.072.527	554.015	(994.018)	(1.020.937)	30.611.587
Instalações	-	20.068.417	-	(325.582)	2.628.432	163.245	-	505.442	3.297.119
Máquinas e equipamentos	8.983.539	100.635	(31.332)	172.171	9.225.013	954.908	(337)	12.387	10.191.971
Veículos	385.717	89.700	(65.155)	-	410.262	190.520	-	-	600.782
Móveis e utensílios	5.237.007	269.559	(3)	1.017.546	6.524.109	1.357.204	(1.059.963)	-	6.821.350
Computadores e periféricos	4.154.790	381.358	(79.913)	4.037	4.460.272	1.420.311	(75.732)	-	5.804.851
Imobilização em curso	16.765.254	2.753.447	-	(16.347.294)	19.738.255	2.192.370	-	-	21.930.625
Outras imobilizações	6.067.043	96.906	-	1.349.395	8.060.899	323.911	(6.715)	503.108	8.881.203
	56.679.909	23.762.502	(176.403)	3.370.666	83.636.674	7.156.484	(2.136.765)	-	88.656.393

c Movimentação da depreciação acumulada

	1º/1/2017	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2017	Adição	Baixa	31/12/2018
Edificações	(3.050.191)	(600.798)	-	-	(3.650.989)	(948.193)	-	(4.599.182)
Instalações	(293.415)	(287.953)	-	-	(581.368)	(634.519)	-	(1.215.887)
Máquinas e equipamentos	(2.717.297)	(1.077.963)	30.329	6	(3.764.925)	(995.964)	337	(4.760.552)
Veículos	(424.802)	(115.072)	45.079	-	(494.795)	(66.892)	-	(561.687)
Móveis e utensílios	(1.724.178)	(622.665)	3	2.298	(2.344.542)	(665.947)	8.220	(3.002.269)
Computadores e periféricos	(2.654.146)	(625.240)	79.913	-	(3.199.473)	(810.301)	75.732	(3.934.042)
Outras imobilizações	(762.465)	(735.305)	-	-	(1.497.770)	(921.030)	-	(2.418.800)
	(11.626.494)	(4.064.996)	155.324	2.304	(15.533.862)	(5.042.846)	84.289	(20.492.419)

12 Intangível

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2018 Total	2017 Total
Software	20%	6.673.695	(3.385.037)	3.288.658	2.547.174

a Movimentação do intangível

	1º/1/2017	Aquisição/ adição	31/12/2017	Aquisição/ adição	Baixa	31/12/2018
Custo histórico	5.525.907	1.070.123	6.596.030	1.697.836	(4.501)	8.289.365
(-) Amortização acumulada	(1.743.644)	(2.305.212)	(4.048.856)	(956.352)	4.501	(5.000.707)
	3.782.263	(1.235.089)	2.547.174	741.484	-	3.288.658

13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para remissão (i)	606.752	677.205	1.283.957	457.581	797.462	1.255.043
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)	3.575.104	1.907.655	5.482.759	4.710.412	2.034.686	6.745.098
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)	8.794.897	-	8.794.897	10.955.919	-	10.955.919
Cooperados	3.793.609	-	3.793.609	2.607.631	-	2.607.631
Serviços credenciados	3.150.997	-	3.150.997	5.970.649	-	5.970.649
intercâmbio	1.850.291	-	1.850.291	2.377.639	-	2.377.639
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	9.080.587	-	9.080.587	7.086.525	-	7.086.525
	22.057.340	2.584.860	24.642.200	23.210.437	2.832.148	26.042.585

A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

As Provisões Técnicas de Operações de Assistência à saúde, são garantidas por aplicações financeiras conforme resolução da ANS. Vide nota explicativa nº 4.

- (i) A Cooperativa, ciente das obrigações que cercam as Resoluções editadas pela ANS e suportada pelo parecer técnico atuarial, constituiu a provisão para remissão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias para custeio dos planos de assistência à saúde, correspondente a continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano.

- (ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas com essas demandas.

- (iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados, credenciados e de intercâmbio entre as Unimed's efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.

- (iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido contabilizados pela Operadora por falta de avisos. A Operadora registrou a provisão com metodologia própria baseada em Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela ANS.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 209/09 e posteriores alterações da ANS:

- **Patrimônio mínimo ajustado (PMA):** representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$8.503.233 para 31 de dezembro de 2018, multiplicado pelo fator $K=32,58\%$ que equivale a R\$2.770.353; e

- **Margem de Solvência:** Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:
 - 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R\$ 60.923.035 (58.587.921 em 2017); e
 - 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R\$ 72.701.708 (69.328.733 em 2017).

A Cooperativa utilizou o cálculo proporcionalizado a 70,52% acumulados em dezembro de 2018, conforme disposto pela RN 313/12.

A Margem de Solvência Parcial Exigida apresentada é de R\$ 50.216.373 (R\$42.158.491 em 2017) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 69.140.698 (R\$ 51.963.292 em 2017).

14 Quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar conforme determinação da ANS RN 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos individuais/ familiares pós Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	Total
Rede própria	2.015.814	5.367.978	89.783	24.120.854	1.178	3.172.902	34.768.509
Rede contratada	7.203.676	6.054.044	1.201.496	8.772.856	10.153	3.084.214	26.326.439
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio eventual	-	-	-	-	-	-	-
	9.219.490	11.422.022	1.291.279	32.893.710	11.331	6.257.116	61.094.948

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

15 Tributos e encargos sociais a recolher

	2018			2017		
	Não		Total	Não		Total
	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	
Correntes						
INSS	1.234.210	-	1.234.210	1.013.639	-	1.013.639
PIS/COFINS/CSLL Retido	777.092	-	777.092	898.525	-	898.525
IRRF	677.781	-	677.781	499.967	-	499.967
IRPJ	515.248	-	515.248	-	-	-
ISS	444.638	-	444.638	241.189	-	241.189
COFINS	432.045	-	432.045	419.783	-	419.783
FGTS	340.971	-	340.971	287.257	-	287.257
CSLL	190.788	-	190.788	21.881	-	21.881
PIS	70.215	-	70.215	39.870	-	39.870
Outros impostos e taxas	2.685	-	2.685	2.145	-	2.145
	4.685.673	-	4.685.673	3.424.256	-	3.424.256
Parcelamentos						
REFIS - Parcelamento ISS - obrigações legais IN 20	374.782	530.941	905.723	364.931	881.917	1.246.848
REFIS - Parcelamento PIS/COFINS/IRPJ/CSLL/ PREVIDENCIÁRIOS IN20 (i)	6.104.521	25.716.188	31.820.709	5.371.898	31.336.072	36.707.970
Tributos federais – PERT PIS/COFINS (ii)	72.094	696.908	769.002	861.764	-	861.764
	6.551.397	26.944.037	33.495.434	6.598.593	32.217.989	38.816.582
	11.237.070	26.944.037	38.181.107	10.022.849	32.217.989	42.240.838

(i) Em 2009 a Cooperativa fez adesão ao parcelamento de seus débitos com tributos federais, com base na Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. A homologação e consolidação dos débitos pela Receita Federal ocorreu em junho de 2011 e o saldo devedor, após as deduções dos benefícios da referida lei foi de R\$ 49.474, dividido em 160 parcelas mensais, atualizadas pela taxa Selic.

(ii) A Cooperativa aderiu ao pedido de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 13.946, de 24 de outubro de 2017 (PERT), cujo o saldo líquido das antecipações foi consolidado em dezembro de 2018 e seu valor residual será pago em 145 parcelas mensais, atualizadas pela taxa Selic.

16 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento	2018			2017		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Capital de giro	Janeiro de 2023	4.417.279	10.501.706	14.918.985	7.230.335	26.031.304	33.261.639
Leasing HP Financial	Novembro de 2019	177.680	-	177.680	228.156	190.010	418.166
(-) Juros a apropriar	-	(1.269.932)	(1.467.348)	(2.737.280)	(3.205.933)	(6.036.669)	(9.242.602)
		3.325.027	9.034.358	12.359.385	4.252.558	20.184.645	24.437.203

As garantias são alienações fiduciária de direitos creditórios e avais dos diretores.

17 Débitos diversos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Fornecedores	6.546.500	6.210.069
Obrigações com pessoal	6.609.998	5.675.997
Parcelamento PGFN (i)	2.431.568	2.283.710
Multas administrativas parceladas	123.804	83.749
Outros débitos a pagar	474.957	317.038
	<u>16.186.827</u>	<u>14.570.563</u>
Não circulante		
Multas administrativas parceladas	1.047.327	1.240.585
Parcelamento PGFN (i)	6.281.551	8.183.294
Outras receitas antecipadas	465.000	645.000
	<u>7.793.878</u>	<u>10.068.879</u>
	<u>23.980.705</u>	<u>23.995.087</u>

(i) O saldo é composto substancialmente pelo parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN, referente ao arremate do imóvel da antiga Casa de Saúde de São Carlos na cidade de São Carlos no valor de R\$ 19.028.319 em agosto de 2017. O imóvel foi adquirido mediante entrada de R\$ 4.287.084 mais a antecipação de R\$ 3.805.664, totalizando o valor de R\$ 8.902.748 sendo o restante dividido em 59 parcelas mensais, no valor de R\$ 185.349 corrigido pela taxa Selic.

18 Provisões judiciais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contingência Cível (i)	4.612.028	2.406.823
Trabalhistas/indenizatórias (i)	301.000	227.236
Outras contingências (ii)	202.506	202.506
	<u>5.115.534</u>	<u>2.836.565</u>

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

- (i) Composto por ações indenizatórias movidas por beneficiários, ex-empregados e prestadores de serviço. Enfatizando a ação indenizatória do processo 0002096-46.2017.8.26.0566 em face do exequente Espólio de Carlos Eduardo Formigoni que acusa estar impossibilitado de exercer seu ofício ou profissão. Para esse caso específico foi feito depósito judicial no montante de R\$ 2.134.167 classificados no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 8.
- (ii) As outras contingências correspondem aos valores de INSS sobre a produção paga aos cooperados que possuem cargo de administração na Cooperativa, para qual há depósito judicial efetuado na totalidade da provisão conforme nota explicativa nº 8.

19 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações passivas no montante de R\$ 9.837.356, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis	3.897.200	6.829.434
Trabalhistas/indenizatórias	530.600	912.600
Tributárias	2.793.974	-
Outras contingências (i)	<u>2.615.582</u>	-
	<u>9.837.356</u>	<u>7.742.034</u>

A Administração da Cooperativa, com base no parecer da assessoria jurídica, que avaliou o risco de perda desses processos como sendo possível, não constituiu provisão para perdas.

- (i) Substancialmente composta pela taxa de saúde suplementar da ANS.

20 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 6% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa continha o valor de R\$ 203.687 de capital a integralizar.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de reserva , destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- Outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Reserva de reavaliação

Refere-se a reavaliação dos bens do ativo imobilizado registrado com base em laudo de peritos especializados. A realização da reserva de reavaliação (depreciação e baixa do ativo imobilizado) é registrada diretamente na sobra à disposição da AGO.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2018 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 15.385.774 conforme demonstração do resultado.

21 Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação de serviço com intercâmbio eventual	10.072.875	42.432.124
Prestação de serviço para Auto Gestão	12.352.314	13.152.220
	<u>22.425.189</u>	<u>55.584.344</u>
(-) Dedução de receitas com prestação de serviços	<u>(1.856.321)</u>	<u>(3.759.547)</u>
	<u>20.568.868</u>	<u>51.824.797</u>

22 Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Amortização dos débitos (principal) da IN 48 (i)		
PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, PREVIDENCIÁRIOS	(4.619.931)	(3.186.952)
ISS	<u>(374.782)</u>	<u>(366.572)</u>
	<u>(4.994.713)</u>	<u>(3.553.524)</u>
Amortização dos débitos (correção) da IN 48 (i)		
PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, PREVIDENCIÁRIOS	(1.393.581)	(3.325.455)
ISS	-	<u>(59.542)</u>
	<u>(1.393.581)</u>	<u>(3.384.997)</u>
Outras despesas		
Assistência médica cooperado	(2.224.855)	(2.153.237)
Seguros a beneficiários	(1.151.437)	(1.311.701)
INSS Patronais	<u>(425.261)</u>	<u>(355.756)</u>
	<u>(3.801.553)</u>	<u>(3.820.694)</u>
	<u>(10.189.847)</u>	<u>(10.759.215)</u>

- (i) Corresponde a amortização do saldo devedor e às respectivas correções relativos às parcelas mensais dos parcelamentos dos débitos de PIS, COFINS e ISS, cuja contrapartida é a conta de créditos a receber de cooperados relacionados à IN 48, conforme nota explicativa nº 9.

23 Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação de serviços – Outros (i)	(8.014.373)	(33.046.198)
Prestação de serviços para Auto Gestão	(8.904.382)	(9.958.795)
Serviços de remoção atendimento urgência e emergência	(3.986.535)	(4.158.458)
Produção de cooperados, contratados	(494.547)	(500.281)
Medicina ocupacional - Intercâmbio	(14.589)	(10.315)
(-) Dedução de despesas com prestação de serviços - outros	20.031	10.057
	<u>(21.394.395)</u>	<u>(47.663.990)</u>

(i) O saldo está substancialmente composto pela prestação de serviços a outras UnimedS em operações de intercâmbio.

24 Dispêndios/despesas administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(24.948.709)	(22.273.221)
Serviços de terceiros	(5.133.474)	(4.027.390)
Localização e funcionamento	(3.782.529)	(3.566.133)
Provisão para contingência	(3.531.553)	(2.387.887)
Publicidade e propaganda	(1.300.619)	(1.314.362)
Contribuições a confederações	(1.068.972)	(1.032.132)
Diversas	(2.573.311)	(3.299.262)
	<u>(42.339.167)</u>	<u>(37.900.387)</u>

25 Resultado financeiro líquido

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.979.825	3.503.551
Juros e multa por recebimento em atraso	805.074	775.982
Atualização monetária	252.958	107.668
Descontos obtidos	275.198	276.490
Outros	50.776	79.004
	<u>4.363.831</u>	<u>4.742.695</u>
Dispêndios financeiros		
Juros e atualização	(3.298.203)	(3.579.037)
Despesas financeiras	(521.894)	(815.584)
Outros	(756.038)	(840.315)
	<u>(4.576.135)</u>	<u>(5.234.936)</u>
	<u>(212.304)</u>	<u>(492.241)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Sobras antes dos tributos	20.423.989	23.590.778
Adição/ exclusões		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(9.996.354)	(20.000.515)
(+) Adições	4.292.571	-
(-) Exclusões	(882.059)	-
	<u>13.838.147</u>	<u>3.590.263</u>
Base de cálculo		
Imposto de renda - 15%	(2.075.534)	(538.539)
Adicional do imposto de renda - 10%	(1.359.690)	(335.026)
Dedução PAT	83.029	-
Imposto de renda de exercícios anteriores (i)	(1.501.619)	369.998
	<u>(4.853.814)</u>	<u>(503.567)</u>
Imposto de renda		
Contribuição social - 9%	(1.245.318)	(323.123)
Contribuição social de exercícios anteriores (i)	(561.821)	283.017
	<u>(1.807.139)</u>	<u>(40.106)</u>
Contribuição social - 9%		

(i) No exercício de 2017 a Cooperativa iniciou o processo de revisão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos últimos 5 anos (por decadência). O término desse trabalho se deu somente no exercício de 2018 quando foi possível concluir sobre os efeitos líquidos no resultado do exercício em consequência desse levantamento, portanto esses valores correspondem aos débitos líquidos de IRPJ e a CSLL apurados relativo ao período que foi sujeito à análise.

27 Adoção a RN 430

A Cooperativa, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2018 foram integralmente registrados no mês de dezembro/2018 e foram contabilizados com base nos relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimed (arquivo PTU), relativos às transações de intercâmbio. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações ocorreram como a seguir:

a) Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico como Prestadora

Conforme requerido pela RN 430, quando ocorre o atendimento pela Cooperativa de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como “Eventos Indenizáveis” – Grupo 4111 do Plano de Contas da ANS. Também, conforme RN 430, as faturas emitidas são contabilizadas como “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde” – Conta Contábil 311112 do Plano de Contas da ANS.

b) Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico como Origem

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários da Cooperativa em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430, passaram a ser contabilizados na conta redutora da receita “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde “ – Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS.

Os saldos contábeis referentes a 31 de dezembro de 2017 apresentados para fins comparativos não foram reclassificados.

Detalhamento:

Adoção da RN 430/2017 – Prestadora

Os registros contábeis do compartilhamento de risco assumido de acordo com a definição da RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2018, foram efetivados no mês de dezembro de 2018. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade, no regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro a partir das contas 411112 e 311112 conforme normativa vigente.

Adoção da RN 430/2017 – Origem

O registro contábil efetivado de acordo com o que estabelece os artigos nºs 16, 17 e 18, mesmo que intempestivos ocorreram no exercício de 2018, para atender o disposto a RN nº 430 que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os registros contábeis do compartilhamento da gestão de riscos cedido (transferido) de acordo com a definição da RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2018, foram efetivados no mês de dezembro de 2018. Este reconhecimento da corresponsabilidade transferida foi aplicado aos contratos de preço preestabelecido e nos contratos de preço pós-estabelecido, executado em regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro nas contas do grupo 3117. Para conciliação dos livros auxiliares deverá ser levado em consideração o controle complementar da movimentação do compartilhamento de risco que se encontra, na sua totalidade nos livros auxiliares, dentro do movimento de intercâmbio eventual.

Os registros contábeis do compartilhamento de risco onde a prestação do atendimento assistencial entre operadoras ocorreu na modalidade de Pós Pagamento de acordo com a definição no item 6.2.2 ao anexo da RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2018, foram dentro do referido exercício contábil. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade mesmo que intempestivos ocorreram no exercício de 2018 para atender o normativo vigente tendo como base o percentual de intercâmbio assumido e transferido informado através do levantamento da Unimed Brasil, acima mencionado. Os valores apurados por estimativa pela Cooperativa foram escriturados por conforme demonstrativo a seguir:

Período	Intercâmbio habitual assumido	Intercâmbio habitual transferido
Jan/18	2.292.687	2.959.379
Fev/18	2.929.417	2.842.452
Mar/18	2.691.044	3.388.829
Abr/18	2.792.586	3.856.466
Mai/18	2.575.703	2.803.773
Jun/18	2.074.603	3.293.809
Jul/18	2.172.573	3.407.580
Ago/18	2.485.788	3.795.981
Set/18	2.452.624	3.263.560
Out/18	2.529.467	3.208.274
Nov/18	2.213.359	3.340.732
Dez/18	1.804.120	4.004.436
	29.013.971	40.165.271

A Cooperativa está em fase de adequação operacional para identificar e classificar analiticamente os beneficiários atendidos por corresponsabilidade assumida de acordo com a regulamentação vigente. A Administração estima que a adequação operacional estará concluída até o término do 1º trimestre de 2019, quando então a escrituração contábil será por evento conhecido e não por estimativa.

28 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A Administração da Cooperativa não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros instrumentos em caráter especulativo.

29 Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado e de operação, como risco de realização do contas a receber e o risco de ocorrência de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão para perdas sobre créditos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Cooperativa no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras, sistemas de controles internos e programas de prevenção à saúde para seus usuários de plano de saúde.

A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

30 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de atos cooperativos e atos não cooperativos:

A administração da Cooperativa optou por não apresentar as demonstrações do exercício de 2017, para fins de comparabilidade.

	Ato Cooperado	Ato não Cooperado	Total
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	197.028.836	118.783.344	315.812.180
Ingressos com operações de assistência à saúde	203.616.453	122.754.835	326.371.288
Ingressos de contraprestações líquidas	203.634.492	122.765.710	326.400.202
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(18.039)	(10.875)	(28.914)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(6.587.617)	(3.971.491)	(10.559.108)
Eventos indenizáveis líquidos	(149.114.163)	(89.896.912)	(239.011.075)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados	(147.870.168)	(89.146.845)	(237.017.013)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	(1.243.995)	(750.067)	(1.994.062)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	47.914.673	28.886.432	76.801.105
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	272.644	164.369	437.013
Ingressos/ receitas de assist.à saúde não relac. c/planos de saúde da operadora	17.277.516	10.416.138	27.693.654
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	12.832.505	7.736.363	20.568.868
Outros ingressos/ receitas operacionais	4.446.896	2.680.910	7.127.806
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(1.885)	(1.135)	(3.020)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(7.556.987)	(4.555.897)	(12.112.884)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	(6.357.242)	(3.832.605)	(10.189.847)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(636.968)	(384.010)	(1.020.978)
Provisão para perdas sobre créditos	(562.777)	(339.282)	(902.059)
Outros dispêndios/ despesas oper. assist.à saúde não relac.c/planos de saúde da operadora	(13.347.534)	(8.046.861)	(21.394.395)
Resultado bruto	44.560.312	26.864.181	71.424.493
Dispêndios/ despesas com comercialização	(813.777)	(490.603)	(1.304.380)
Dispêndios/ despesas administrativas	(26.414.559)	(15.924.608)	(42.339.167)
Resultado financeiro líquido	-	(212.304)	(212.304)
Ingressos/ receitas financeiras	-	4.363.831	4.363.831
Dispêndios/ despesas financeiras	-	(4.576.135)	(4.576.135)
Resultado patrimonial	-	597.710	597.710
Ingressos/ receitas patrimoniais	-	657.951	657.951
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(60.241)	(60.241)
Sobra antes da tributação e das participações	17.331.976	10.834.376	28.166.352
IRPJ	-	(4.853.814)	(4.853.814)
CSLL	-	(1.807.139)	(1.807.139)
Participações sobre o lucro	(674.670)	(406.740)	(1.081.410)
Sobra líquida do exercício	16.657.306	3.766.683	20.423.989

A tributação sobre o resultado contábil dos atos auxiliares e não cooperativos, ajustado pelas adições e exclusões definidas na legislação fiscal, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os resultados que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9%, reconhecida pelo regime de competência (nota explicativa nº 26). As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

31 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Dr. Daniel José Mendes Canedo
Diretor Presidente

Gustavo Paro
Diretor Financeiro

Robesom de Andrade Rodrigues
Contador CRC/SP-179445/O-7

*** fim ***